

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, INICIADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- ATA NÚMERO DOZE -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, Mário Joaquim Gomes Branco e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, Carlos Roque do Rosário Rêgo e Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Susana Maria Gomes Correia. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Alexandra Salgado. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda. -----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Susana Correia. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal resolvera marcar para o dia da presente Assembleia de Freguesia uma reunião de todos os vinte e quatro Presidentes de Junta de Freguesia. Por isso o Senhor Presidente da Junta ainda demoraria um pouco a chegar, sendo representado, enquanto não chegasse, pelo seu representante legal, o Senhor Vogal Tomás. -----

----- Seria dada continuidade à Assembleia com o Período Antes da Ordem do Dia. Havia uma moção do BE que transitou da anterior, quatro moções da CDU e três do “Mudar Alvalade”. Nesse dia entrou também um voto de saudação. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que era um prazer voltar ali depois do verão. Esperava que não tivessem sentido muito a sua falta na última Assembleia. Tinha ficado desolado por não estar, mas sabia que correu muito bem. -----

----- O ponto de ordem à Mesa era devido à condução dos trabalhos. Gostaram muito que a Assembleia anterior fosse de celebração e foi boa, podiam tirar daí uma boa prática de que se calhar não era numa Assembleia de Freguesia ordinária que deviam executar aquele género de celebração. Podiam ter marcado uma extraordinária apenas para aquele efeito e fechá-la completamente. Em número de reuniões seria mais ou menos o mesmo, mas gostaria que estivesse presente esse tipo de questões, até porque ao longo dos tempos foram levantadas muitas questões em relação à duração, à atratividade das reuniões, etc. -----

----- O segundo ponto era se o Senhor Presidente não deveria estar acompanhado pelo menos por um Secretário, ou, pelo menos, alguém que fosse cooptado. Pensava que sim, mas ficava à consideração do Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- Terceiro e último ponto era que uma saudação e uma moção teriam entrado fora do prazo, que seria dois dias antes. Era a 27 de setembro, porque foi quando se iniciou a Assembleia. Não era necessário fazê-lo dessa forma e elas poderiam facilmente transitar para a próxima Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção. -----

----- Disse que todos por consenso tinham concordado sobre a forma de realizar a comemoração do aniversário da Freguesia, sendo que não havia nenhuma norma do Regimento para este tipo de reuniões, mas como houve um consenso total, ninguém se opôs, tinha corrido bem e houve aquele momento alto da homenagem ao primeiro Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Luis Nazaré, que foi dignificante para a Assembleia.-----

----- Também não seria possível realizar a comemoração numa reunião extraordinária, na forma como estavam previstas as Assembleias extraordinárias no Regimento. Devia ser uma Assembleia temática, especial, que podiam claramente criar. -----

----- Relativamente a moções e saudações que não cumpriram os prazos regulamentares, havendo tempo logo se colocaria a questão. -----

----- Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, deu a palavra ao Membro Susana Correia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **Membro Susana Correia (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

Recomendação

----- *Por parques infantis inclusivos*-----

----- *“A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito” - Princípio 7º da “Declaração dos Direitos da Criança” proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1959.* -----

----- *Brincar é essencial ao desenvolvimento da criança, mas é um direito que ainda não foi concretizado em muitos territórios. É também pelo brincar que uma criança se exprime, aprende, interage com outras e constrói a sua forma de ser e estar.* -----

----- *Um parque infantil deve ser um lugar inclusivo, onde as crianças se divirtam juntas, aprendendo e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o artº 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: “os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças”* -----

----- *Mas a insuficiência de parques infantis adaptados a crianças com deficiência, dificulta as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos. É*

assim imperioso que os parques infantis da freguesia possuam equipamentos lúdicos e materiais específicos que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças com deficiência. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera: -----

----- Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que programe a atualização dos parques infantis existentes e a construção de outros já inclusivos, em que às crianças com deficiência seja também assegurada a sua plena utilização". -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que queria só começar por adicionar uma outra informação sobre o Senhor Presidente da Junta. A reunião que ele teve com a Câmara, era uma reunião à volta da mesa de refeições. Portanto, o Senhor Presidente da Junta foi jantar e não estava na Assembleia de Freguesia, o jantar teve prioridade sobre a Assembleia de Freguesia de Alvalade. -----

----- Quanto à recomendação, os parques infantis mais recentes do território, fossem os que sofreram intervenção em 2003 a 2021, fossem alguns construídos anteriormente, como por exemplo, o da Quinta dos Barros, na Rua Engenheiro Rocha Cabral, todos tinham apontamentos e tinham brinquedos inclusivos, bem como os acessos estavam preparados para que existisse essa possibilidade. -----

----- Esse caminho já estava a ser feito e esperava que o Executivo continuasse a fazê-lo. Havia sempre parques infantis por reabilitar e esses podiam ser construídos dessa forma. Fazer inclusivo ou não inclusivo, na prática custava a mesma coisa. -----

----- Houve sim, no anterior mandato, um parque infantil especialmente indicado à Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que um projeto do orçamento participativo da Câmara ganhou para se fazerem parques infantis inclusivos. A Câmara entendeu que seriam ao nível municipal, em locais que servissem a cidade e não propriamente aqueles de mais proximidade, como eram a maior parte dos parques infantis da Freguesia e que eram competência legal direta da Junta de Freguesia. -----

----- No último mandato foi sinalizado o parque infantil do Parque José Gomes Ferreira, fosse que pela utilização já estava datado, fosse porque também seria um bom local para servir a cidade, uma vez que era um equipamento estruturante. O Parque José Gomes Ferreira era competência da Câmara Municipal delegada na Junta, mas um equipamento estruturante. Seria muito indicado que esse parque infantil fosse reabilitado e preparado ao abrigo desse orçamento participativo. -----

----- Fazia essa pergunta, se isso ainda continuava em cima da mesa ou se foi afastado. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o Membro José Ferreira devia ter informações diferentes das suas relativamente à reunião do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Também não tinha a certeza, porque não estava com ele, mas o que lhe foi dito era que o Senhor Presidente da Junta estava num jantar com todos os vinte e quatro Presidentes de Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Se entendiam que o Senhor Presidente da Junta de Alvalade não devia estar nesse jantar, deixando de estar representado junto da Câmara Municipal, podendo aí apresentar as reivindicações que na Assembleia de Freguesia eram referidas, era a posição do Membro José Ferreira, mas gostaria que ficasse claro que se tratava de uma reunião/jantar dos vinte e quatro Presidentes de Junta de Freguesia com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O legal representante do Presidente da Junta poderia confirmar ou desmentir esse facto, mas não era essa a questão, estavam a discutir os parques infantis inclusivos. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves**. -----



----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que, relativamente ao jantar/reunião, o Senhor Presidente da Junta foi representar a Junta de Freguesia de Alvalade, para não ser a única que não estava representada. Quando aceitou o convite para estar presente nesse jantar do Senhor Presidente da Câmara a presente reunião da Assembleia ainda não estava marcada. Quando se marcou a Assembleia não se lembraram, aliás numa iniciativa de todos os partidos, em marcar nessa data. O Senhor Presidente da Junta estaria a chegar a qualquer momento, foi só marcar institucionalmente a sua presença e naturalmente que discutir algum tema que pudesse ser relevante para a Freguesia. -----

----- Sobre os parques infantis inclusivos, era intenção da Junta, sempre que se construísse um parque infantil novo, ser com acesso a todas as crianças, iriam ter essa preocupação. Naqueles em que se fosse fazendo a renovação, se fosse possível, iriam adaptar. O custo de recuperação de um parque infantil era bastante oneroso e o Orçamento da Junta era limitado, tinham que ir adequando. Para o próximo Orçamento teriam essa preocupação, deixar uma verba para a reabilitação dos parques infantis que pudessem adaptar para que fossem inclusivos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Por parques infantis inclusivos”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Saudação** -----

----- *Saudação à Comunidade Educativa* -----

----- *Uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19 foi a Escola Pública, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos, e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e de acesso a refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar;* -----

----- *Após estes tempos conturbados o regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que continuam a existir alguns riscos no regresso, que existam dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.* -----

----- *É inegável que a tarefa dos Agrupamentos de Escolas seria facilitada se a Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, se não existisse na cidade de Lisboa falta de professores e existisse um reforço da contratação de professores, através da valorização da pouco atrativa carreira docente e um plano do Governo que permitisse a redução do número de alunos por turma, bem como a contratação de mais assistentes operacionais, administrativos, auxiliares e vigilantes.* -----

----- *A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser uma prioridade nacional.* -----

----- *Assim, a Assembleia de freguesia de Alvalade reunida na sua segunda sessão de 29 de setembro de 2022, delibera:* -----

----- *1. Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública, demonstrando uma vez mais o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;* -----

----- *2. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública;* -----

----- 3. Declarar o compromisso desta freguesia na defesa da Escola Pública e no apoio às reivindicações junto do Ministério da Educação de todos os Agrupamentos de Escolas para enfrentar os desafios de mais um ano letivo. -----

----- 4. Saudar toda a Comunidade Escolar da nossa Freguesia pelo empenho e capacidade de adaptação já demonstrados. -----

----- 5. Expressar um voto de confiança a toda a Comunidade Escolar da nossa Freguesia, que saberá enfrentar, com determinação e sucesso, os complexos desafios expectáveis no ano letivo de 2022/2023. -----

----- 6. Dar conhecimento desta Saudação às Direções dos estabelecimentos de ensino público da Freguesia de Alvalade; -----

----- 7. Dar conhecimento desta Saudação às Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino da Freguesia; -----

----- 8. Dar conhecimento desta Saudação a todas as Associações de estudantes dos estabelecimentos de ensino da Freguesia; -----

----- 9. Dar conhecimento a toda a Comunidade de Alvalade através dos meios de comunicação da Junta de Freguesia. -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade. ----- ”

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que a comunidade educativa também devia incluir estabelecimentos escolares privados, alguns com referência no panorama nacional e não só na Freguesia. -----

----- Todos os docentes e não docentes deviam ser considerados, porque eram portugueses de primeira. O Chega não fazia distinção entre docentes do público e docentes do privado, nem trabalhadores não docentes do público, nem do privado. Mereciam todos consideração e apreço, porque todos se esforçaram. -----

----- Tinha andado na escola pública e os seus filhos também. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que o PSD reconhecia o esforço que foi feito pela comunidade educativa pública, mas esse esforço foi feito também nos colégios privados. Também sempre tinha estudado em escolas públicas. -----

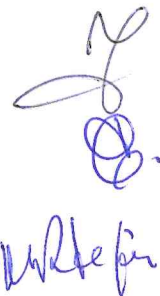
----- No ponto 7 era sugerido que a saudação fosse depois comunicada às associações de pais dos estabelecimentos de ensino da Freguesia, estavam a mencionar todos os estabelecimentos de ensino. No ponto 8 pediam que a saudação fosse enviada a todas as associações de estudantes de estabelecimentos de ensino na Freguesia. Pelo contrário, no ponto 6 pediam que a saudação fosse enviada às direções apenas do ensino público. -

----- A sugestão que gostaria de deixar à CDU era que clarificasse os pontos 7 e 8, no sentido da saudação ser dada a conhecer às associações de pais, não de todos os estabelecimentos de ensino da Freguesia, mas sim às associações de pais e associações de estudantes em escolas do ensino público. -----

----- Não fazia sentido estar a dar conhecimento dessa saudação a associações de pais de colégios particulares. No limite isso até os colocaria em situações menos agradáveis. ---

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Filipe Moreno. -----

----- **Membro Filipe Moreno (CDS-PP)** disse que iriam votar a favor e concordavam integralmente com a saudação à comunidade educativa. Porém, gostava que tivessem sido também abordados os estabelecimentos de ensino particular, porque também eles fizeram um esforço grande, professores e toda a comunidade escolar. Também eles mereciam ser saudados na moção da CDU. -----



----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse pensar que, salvando melhor opinião, os estabelecimentos de ensino privado faziam parte dos agrupamentos. Era um agrupamento de escolas, incluindo todas as escolas num território. Estavam sediados nas escolas públicas, mas todas as escolas faziam parte desse agrupamento, nomeadamente os jardins de infância, cooperativo ou do setor social. -----

----- Podia dar o seu caso particular, teve duas filhas no jardim de infância da rede numa IPSS da Freguesia e que fazia parte do agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor, o da sua residência. Tanto assim que tivera a bonificação máxima quando foi da inscrição na escola básica do ensino público. -----

----- Ao dizer-se que era para distribuir por todas as escolas do agrupamento, era o que lá estava, a única coisa que não estava para distribuir era para as direções das escolas, as associações de pais estavam incluídas para os agrupamentos. A única questão que estava era das direções, porque estava só da rede pública. -----

----- As escolas privadas faziam parte, a tutela era o Ministério da Educação, do agrupamento de escolas conforme a sua localização, ou o agrupamento de escolas de Alvalade ou o agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor. Em si mesmo estava englobado. A única coisa que não estaria era o ponto 5, em que limitava as direções da escola da rede pública. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que indo de encontro a algumas manifestações não via inconveniente no ponto 6 dar conhecimento da saudação às direções dos estabelecimentos da Freguesia de Alvalade, tirando a parte do ensino público. -----

----- A ênfase que foi dada à escola pública era porque durante a pandemia, tanto quanto sabia, foi apenas a escola pública que esteve aberta, forneceu refeições a essa comunidade, aos filhos dos trabalhadores, etc. Também tanto quanto sabia, as escolas privadas não tiveram esse trabalho. -----

----- Em qualquer dos casos, isso dirigia-se a toda a comunidade escolar e não era intenção menosprezar o papel dos estabelecimentos de ensino privado. Queria-se apenas dar realce à escola pública porque era isso que estava em causa muitas vezes no ensino, que desse maior equidade e maior justiça social. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que então cortava-se a palavra “*público*” no ponto 6, ficando só “*dos estabelecimentos de ensino da Freguesia de Alvalade*”. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que no ponto 6, se retirassem a menção ao “*ensino público*”, a saudação seria comunicada a todos os estabelecimentos de ensino na Freguesia, mas aquilo que tinha ido ali dizer foi efetivamente o contrário. Era não enviar a saudação para todos os estabelecimentos de ensino, mas apenas para os estabelecimentos de ensino público. -----

----- Não fazia sentido apresentar-se um voto de saudação ao ensino público e enviá-lo para um colégio particular. Não sabia se houve alguma confusão na troca das palavras. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que podia estar a ser feita confusão com o ponto 7. Se bem recordava, foi no ponto 7 que se dizia não fazer sentido dar conhecimento às associações de pais dos estabelecimentos de ensino privado quando não se dava às direções dos estabelecimentos de ensino privado. Era essa a questão e daí

a resposta do Membro Aquino de Noronha, de ir ao encontro dessa perspetiva, alargando o âmbito e entregando isso a todos, tanto às direções como às associações. ---
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** explicou que inicialmente tinha dito que no ponto 7 e 8, ao contrário daquilo que acontecia no ponto 6, era sugerido que o voto de saudação fosse enviado, nuns pontos a todos os estabelecimentos de ensino e noutros pontos aos estabelecimentos de ensino privado também. -----

----- Reforçava o que tinha dito. Não fazia sentido enviar-se um voto de saudação ao ensino público para escolas particulares. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que com a alteração estava a ser enviado a toda a gente. Não havia questão nenhuma, estava resolvida a questão. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que se houve um falso entendimento daquilo que queria dizer inicialmente deixava à consideração da CDU retificar essa vontade de enviar para todos os estabelecimentos de ensino e enviar a saudação apenas para os estabelecimentos de ensino públicos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Saudação à Comunidade Educativa”**, com as alterações assinaladas, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

-----**Moção**-----

“-----*Fim dos voos noturnos, Alvalade precisa dormir*-----

----- *Considerando que:*-----

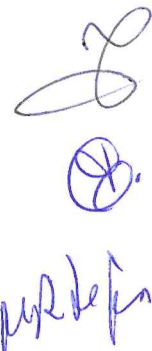
----- *A Câmara Municipal de Lisboa tomou posição “pelo fim dos voos noturnos em Lisboa” (Moção n.º 9/CML/2020), tendo instado “o Governo a regulamentar os voos noturnos, com base nas últimas recomendações da Agência Portuguesa do Ambiente, proibindo o tráfego aéreo no período entre a meia-noite e as 6 horas da manhã, com condicionamentos entre as 23 horas e a meia-noite e as 6h e 7h da manhã”.-----*

----- *Na base desta decisão esteve o reconhecimento de que os limites legais de voos e de níveis de ruído no período noturno estavam a ser ultrapassados, com prejuízo para a população da cidade, com particular enfoque nas habitações e equipamentos públicos, como hospitais, situados na envolvente do Aeroporto Humberto Delgado ou sob as rotas de aproximação e descolagem dos aviões.-----*

----- *Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, a população sobreexposta a ruído acima da lei havia triplicado face a 2011, e sublinhou que, segundo a Organização Mundial da Saúde, o ruído é um dos principais riscos ambientais para a saúde.-----*

----- *O regime excecional em vigor autoriza até 91 voos semanais, entre as 00h00 e as 6h00, no Aeroporto Humberto Delgado. Ou seja, os voos noturnos não cessaram, conforme a exigência da Câmara Municipal de Lisboa e o compromisso assumido pelo governo. Consequentemente, não cessaram os impactos negativos significativos sobre a saúde, a tranquilidade e a segurança da população da cidade, associados ao tráfego noturno.-----*

----- *Sucede que nem o próprio regime excecional em vigor tem vindo a ser cumprido. Já em julho deste ano, a ZERO — ASSOCIAÇÃO SISTEMA TERRESTRE SUSTENTÁVEL — registou o número de voos noturnos e concluiu que, na semana de*



11 de julho, se realizaram 140 voos, excedendo o limite definido em mais de 50%, numa clara violação da lei. -----

----- Foi tornada pública a intenção do Governo de autorizar voos noturnos sem limites no Aeroporto Humberto Delgado, portanto, toda a noite, durante 43 dias, no período compreendido entre 18 de outubro e 29 de novembro. Este levantamento da restrição de voos noturnos acontecerá por aprovação de uma portaria que derroga temporariamente a Portaria n.º 303-A/2004. Esta decisão, a confirmar-se, vai prejudicar a saúde, a tranquilidade e a segurança de centenas de milhares de pessoas, expostas a níveis de ruído insalubres e em violação dos limites legais. O ruído aeroportuário causa nas populações afetadas distúrbios no sono, aumenta o risco de doenças cardiovasculares e reduz a capacidade de aprendizagem das crianças, produzindo graves consequências na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Alvalade é uma das freguesias da cidade mais afectada pelo aeroporto Humberto Delgado. Por isso consideramos que a Assembleia de Freguesia se deve posicionar contra o levantamento temporário da restrição de voos noturnos, de forma a evitar a maior perturbação destas mais de 40 noites entre outubro e novembro. Além disso a Junta de Freguesia deve exigir o cumprimento e alargamento permanente dos horários de restrições e de limitações de voos para e a partir do Aeroporto Humberto Delgado. -

----- Assim, a Assembleia de freguesia de Alvalade, delibera: -----

----- 1. Manifestar à Câmara Municipal e ao Governo o mais veemente repúdio e a firme rejeição da proposta de derrogação temporária da Portaria n.º 303-A/2004, autorizando voos noturnos sem limites no Aeroporto Humberto Delgado, ainda que com carácter temporário, porquanto considera ser esta uma decisão profundamente lesiva da saúde, da tranquilidade e da segurança da população; -----

----- 2. Exigir, a curto prazo, junto do governo que os horários e as limitações definidos na Portaria n.º 303-A/2004 sejam respeitados; -----

----- 3. Instar o Governo a respeitar compromissos anteriormente assumidos no sentido de assegurar a inexistência de voos no período noturno no Aeroporto Humberto Delgado, nos termos anteriormente propostos pela Câmara Municipal de Lisboa, pondo fim ao atual regime excepcional; -----

----- 4. Dar conhecimento desta posição à Câmara Municipal, Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Autoridade Nacional da Aviação Civil. -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que dessa vez o Chega estava 200% a apoiar e só não subscrevia a proposta para não ficarem constrangidos e depois não dormirem bem. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Fim dos voos noturnos, Alvalade precisa dormir”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a criação do centro interpretativo da Biodiversidade de Alvalade era algo que tinha sido defendido pela CDU, estava no seu programa. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- Criação do centro interpretativo da Biodiversidade de Alvalade -----



----- A defesa e salvaguarda do ambiente e dos valores naturais associada à promoção da qualidade de vida das populações são questões para as quais a Freguesia de Alvalade não pode nem deve ficar indiferente. -----

----- A presença de árvores e espaços verdes no meio urbano é inquestionavelmente um fator de qualidade de vida e de bem-estar. -----

----- Alvalade possui um conjunto alargado de espaços verdes, de domínio público e privado, geridos pela Município de Lisboa, pela Junta de Freguesia e pelos vizinhos, que albergam um conjunto diversificado de espécies que importa valorizar e promover, salvaguardando os valores naturais e o respeito pela defesa do ambiente e da biodiversidade em harmonia com as atividades tradicionais e com respeito pela sustentável qualidade de vida das populações. -----

----- É evidente e observável que o arvoredo urbano tem um valor estético incalculável, que conforta a nossa necessidade de proximidade com a natureza, que cumpre tarefas invisíveis e silenciosas, mas que são imprescindíveis para o equilíbrio ecológico. -----

----- O arvoredo urbano trabalha na depuração do ar contaminado pelo trânsito e pela indústria, sendo um sumidouro de carbono, reduz a poluição sonora, fazendo um efeito de barreira com as copas das árvores, baixa as temperaturas e faz aumentar a humidade, pelo que é um regulador microclimático. É também abrigo para várias espécies, mantendo a biodiversidade animal; -----

----- Faz falta na freguesia um centro de interpretação para a biodiversidade, um espaço intergeracional que sirva de encontro para a promoção da educação ambiental, onde se ensine a preservar e cuidar dos espaços verdes e das árvores. Onde se faça o levantamento, caracterização e o diagnóstico do território. Um local para promover os espaços verdes, como espaços de lazer, de promoção da atividade física e desporto, valorizando os projetos de hortas, dos jardins dos moradores e os projetos educativos. -----

----- O Parque José Gomes Ferreira e a Quinta do Narigão, pela sua dimensão, localização e características, reúnem as condições para que se possa instalar o centro de interpretação da Biodiversidade de Alvalade. -----

----- A Junta de Freguesia, ao abrigo de um contrato de delegação de competências, com o município de Lisboa, assumiu a gestão e manutenção destes espaços, importa diligenciar junto da Câmara municipal de Lisboa, os procedimentos condizentes à implementação deste centro no referido local. -----

----- Desta forma, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade deliberam recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que: -----

----- 1. Formalize junto da Câmara Municipal de Lisboa a intenção de criar e instalar um centro interpretativo da Biodiversidade de Alvalade no Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão. -----

----- 2. Avance com as medidas necessárias à operacionalização do centro interpretativo da Biodiversidade de Alvalade. -----

----- 3. Inicie a elaboração de um projeto pedagógico que promova a educação ambiental na freguesia, considerando: -----

----- a. O levantamento, caracterização e o diagnóstico do território; -----

----- b. A uma dimensão intergeracional; -----

----- c. A promoção e dinamize os roteiros da biodiversidade de Alvalade; -----

----- d. A inclusão das escolas, das associações da freguesia, dos hortelões dos parques hortícolas de Alvalade e dos responsáveis pela gestão dos jardins dos moradores; -----

----- e. A necessidade de promover e cuidar dos espaços verdes, das árvores. -----

----- f. A reflexão sobre a preservação e manutenção da biodiversidade na freguesia. ----- ”

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----



----- **Membro José Ferreira (PS)** perguntou se o centro interpretativo era um conceito, a produção de um conjunto de conteúdos, eventualmente com alguma existência corpórea no território, mas que depois, fisicamente, utilizava as infraestruturas já existentes. Os conteúdos eram disponibilizados por exemplo pela aplicação “Bairro de Alvalade” que já existia, fosse também pelos meios de comunicação da Freguesia ou no site. -----

----- Essa produção de conteúdos era feita, era atualizada, e esse conceito podia ser distribuído dessa forma, naturalmente que com visitas locais, passeios pela Freguesia, visitas aos locais que eram descritos. Esse contacto era feito com a natureza, sem a obrigação propriamente dita de construir um edifício. Dessa forma seria uma coisa relativamente razoável e fazível no curto prazo. -----

----- Com a construção de um equipamento no Parque José Gomes Ferreira, para além de se estar a construir numa zona sensível, acabava por ser muito mais difícil conseguir esse objetivo.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a ideia era instalar também um espaço físico, mas de preferência que se pudesse aproveitar um dos espaços existentes. Isso ficaria à Junta perceber, como seria a melhor maneira de dinamizar. A maneira ali falada era a mais rápida e concordava, podia ser iniciada dessa forma e feita já, de maneira a criar apetência pelo espaço, a apetência por essa troca. -----

----- O conceito era que as várias gerações se pudessem interligar, que as pessoas das várias partes da Freguesia também se pudessem juntar. No fundo ia reforçar uma das propostas da CDU no programa eleitoral, que todos os bairros da Freguesia estivessem ligados por percursos acessíveis e saudáveis também. Era uma peça no jogo daquilo que achavam ser o planeamento para a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Criação do centro interpretativo da Biodiversidade de Alvalade**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“-----*Higiene Urbana, soluções precisam-se!*-----

----- *Está à vista de todos a degradação do espaço público na generalidade da Freguesia de Alvalade, facto este causado pela inércia e incapacidade de resposta apresentada pelo Executivo da Freguesia.*-----

----- *O número de queixas públicas que nos chegam através dos órgãos de comunicação social, da intervenção directa dos cidadãos apresentando-as quer nas reuniões desta Assembleia como nas reuniões públicas do Executivo, assim como, as que quotidianamente recebemos dos fregueses, não deixam margem para dúvida que a situação da higiene urbana e limpeza do espaço público tem vindo a deteriorar-se continuamente desde a tomada de posse deste executivo.*-----

----- *Esta situação de insalubridade apresenta sérios riscos para a saúde pública, contribui para o afastamento dos fregueses do espaço público com todas as consequências que esse vazio traz à vida na freguesia e na cidade, degradando o usufruto do espaço com todos os prejuízos que pode acarretar, nomeadamente para o comércio local.*-----



----- *A existência de equipas de limpeza própria, bem equipadas, com os direitos laborais cabalmente respeitados, bem geridas e coordenadas é e sempre foi uma bandeira do trabalho autárquico da CDU. Esta gestão é tão mais eficiente quanto a sua coordenação seja detida e executada ao nível do município, garantindo assim ganhos de escala e aumento da flexibilidade para dar resposta a situações inesperadas e pontuais e melhores condições laborais e oportunidades profissionais para os trabalhadores.* -----

----- *Desta forma, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade recomendam ao Executivo da Junta de Freguesia que:* -----

----- *Garanta o urgente e cabal preenchimento do quadro de pessoal afecto à higiene urbana na Freguesia, garantindo ainda o respeito pelas seus direitos e garantias incluindo o acesso indiscriminado às carreiras e outras oportunidades de progressão profissional.* -----

----- *Encete as diligências necessárias junto do executivo municipal para que seja a Câmara Municipal de Lisboa a assumir a responsabilidade pela higiene urbana e limpeza do espaço público de toda a cidade.* -----

----- *Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade* ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estavam claramente a precisar de não ter unanimidade, daí algumas frases ali colocadas. Se não estivessem lá, acreditava que teriam mais uma vez unanimidade. Assim, pelo menos o seu voto não teria. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que embora a responsabilidade não fosse inteiramente da Junta de Freguesia, era na verdade grande responsabilidade por parte da Câmara Municipal de Lisboa, também era verdade que a Junta de Freguesia não contratou trabalhadores quando o podia ter feito. Parecia que entretanto já resolvera, desde a última Assembleia de Freguesia, onde foi chamado à atenção e procedeu à contratação. -----

----- O PS considerava que devia ser votada favoravelmente essa recomendação, pois era uma forma de censurar o Executivo, de o instar a melhorar, nomeadamente agindo junto da CML para que essa assumisse as suas competências, coisa que não tinha feito. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

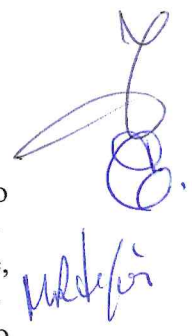
----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que o PSD iria votar contra. -----

----- Reconheciam que a questão da higiene urbana tinha sido um problema transversal a toda a cidade, mas causava alguma estranheza que estivessem numa Assembleia de Freguesia a votar uma recomendação cujo principal objetivo era retirar competências à Junta de Freguesia, na medida em que essa recomendação era efetivamente instar para que fosse a Câmara Municipal a assumir a responsabilidade pela higiene urbana. -----

----- A Junta de Freguesia tinha trabalhado e feito todos os possíveis para corrigir esse problema da degradação da higiene urbana e dos aumentos de queixas relativamente ao lixo que se via pela Freguesia e por toda a cidade. -----

----- Tanto quanto tivera oportunidade de confirmar com a Senhora Vogal responsável, inclusivamente, foi criada uma equipa especial para responder aos apelos no próprio dia em que os cidadãos os reportavam à Junta de Freguesia. -----

----- O objetivo deveria passar por resolver o problema, que era reconhecido. A solução não devia passar por retirar competências à Junta de Freguesia, que era quem estava mais próxima da população, “chutando” o problema para a Câmara Municipal. Apurada a existência do problema deviam ser encontradas soluções para que fosse a Junta de Freguesia a resolver. -----



----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que concordava com a primeira frase, “*higiene urbana, soluções precisam-se*”. Para além disso pouco ou nada concordava. ---

----- Não parecia que fosse solução diminuir as competências da Freguesia e não permitir que a Freguesia, mais próxima de quem ali morava, resolvesse os problemas passando-os para a Câmara. -----

----- As críticas da higiene urbana não eram de agora, eram de 2013, 2014, 2015, 2016 e por aí fora. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinha sido sempre uma luta da CDU, que essas questões de fundo em relação à higiene urbana fossem centralizadas, no sentido de melhor prática. -----

----- Era preciso não esquecer que as brigadas de ação rápida da Câmara já estavam descentralizadas, algumas também na Freguesia. Portanto, a resposta que se podia dar não era diferente, desde que fosse bem coordenada. Esse era o grande problema na situação atual. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Vogal do Executivo Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Miguel Gonçalves** disse que queria apenas dar alguma notas sobre o trabalho feito pela Junta de Freguesia em relação à higiene urbana e relembrar os Membros da Assembleia de Freguesia que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador assumiram algumas falhas iniciais no processo de recolha de lixo, mas a verdade era que nos anos de 2020 e 2021 tiveram muito menos pessoas no espaço público e também no número de turistas. -----

----- Houve uma dificuldade de gestão de equipas por duas ordens de razão, que o Senhor Vereador já explicou. Primeiro, não havia número de funcionários suficientes na equipa da higiene urbana da CML, o que dificultava a recolha do lixo. Essa falha de recursos humanos foi suprida muito recentemente, com a entrada de novos colaboradores, não só para a recolha do lixo, mas também motoristas, que eram necessários para apoiar as equipas nessa mesma recolha. -----

----- Relembra também, que havia um problema na frota da Câmara Municipal em relação à recolha da higiene urbana, com um parque automóvel bastante degradado. Isso já foi explicado pela CML, não se conseguia repor de um dia para o outro equipamentos que estavam com falta de manutenção e muitos deles sem capacidade para dar reposta. As encomendas demoravam sempre o seu tempo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara já dera garantias que esse problema iria ser resolvido. A Junta de Freguesia também fez o seu papel e criou a equipa de intervenção rápida, sem afetar os circuitos que estavam programados diariamente para acudir a situações mais urgentes e prementes, fora daquilo que era o normal funcionamento da equipa da higiene urbana, que tinha os seus processos bem planeados. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que em relação a dois parágrafos da moção não deixava de o surpreender que fosse a CDU a apresentar essa proposta. -----

----- Parecia que as pessoas se esqueciam com alguma facilidade, mas relembra que em junho, o Executivo apresentou uma alteração ao Mapa de Pessoal que incluía como uma das grandes preocupações a possibilidade de recrutar assistentes operacionais para



a equipa da higiene urbana, Mapa de Pessoal que foi aprovado com os votos todos contra por parte da esquerda e inclusivé da CDU. -----

----- A moção no último parágrafo, “*não bate a gota com a perdigota*” daquilo que foi o desempenho da CDU na Assembleia de Freguesia de junho e o que era essa moção.-----

----- Desde essa altura até agora já tivera oportunidade de receber, juntamente com o Senhor Presidente e na qualidade de Vogal dos recursos humanos, os dois sindicatos mais presentes, o STAL e o STML. Em ambas as reuniões foram ao encontro de todos os pontos apresentados, sem exceção, dando as condições que os sindicatos, ambos afetos à CGTP, ambos afetos à CDU, apresentaram. -----

----- Nesse enquadramento, sabendo que o tema preocupava a todos, no limite chocavam algumas coisas que ali estavam e em particular o penúltimo parágrafo, porque efetivamente não estava bem. Houve essa preocupação de engrossar o número de elementos afetos à equipa dos serviços de higiene urbana da Junta de Freguesia de Alvalade e na altura a CDU não pensava como agora estavam a escrever. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que as pessoas que entraram para a CML, para o serviço de higiene urbana, decorriam de procedimentos que já iam do passado e nomeadamente do anterior mandato. O que se fez foi apenas dar seguimento às contratações que já estavam pedidas, porque o concurso público que gerou a entrada dessas pessoas tinha três anos. Portanto, era impossível que a atual Câmara tivesse decidido fazer o concurso no decorrer do mandato e já estivesse a contratar pessoas. ----

----- Quanto ao Mapa de Pessoal, as questões colocadas em junho não tiveram nada a ver com o conteúdo do número de pessoas. Aliás, o aumento que foi proposto era de um assistente operacional, estavam 49 e passaram a 50. As questões tinham a ver com a forma e a informação que estava no Mapa de Pessoal, que não era completa e não respondia àquilo que estava na Lei. Não tinha a formação que era necessária ou qual a função em concreto, ao contrário do anterior Mapa de Pessoal, em que toda essa informação estava disponível. -----

----- O aumento que houve foi de um assistente operacional e o que tinha referido anteriormente era que, em dezembro, quando o Executivo homologou a lista final de um concurso que ia já a decorrer desde o mandato anterior, contratou uma pessoa e podia ter contratado mais três na altura, mas não o fez. -----

----- Toda a gente sabia que junho era um mês difícil para a higiene urbana, fosse porque havia muitos feriados e tornava difícil o planeamento do pessoal, fosse porque havia festas da cidade e nomeadamente da Freguesia, gerando maior demanda. Nessa altura podiam ter os quadros mais completos e não tinham, fizeram em julho, quando podiam ter feito mais cedo. -----

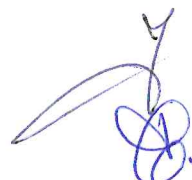
----- As questões que foram levantadas sobre o Mapa de Pessoal em junho não tiveram a ver com a quantidade de pessoas e aliás tinha dito isso na declaração que fez.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Tesoureiro disse que lamentava, mas não foi esse o motivo que o fez então votar contra.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pensava terem sido as declarações do Senhor Tesoureiro dirigidas à CDU, mas pelos vistos foram respondidas por outra via.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Vogal do Executivo Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Miguel Gonçalves** disse que queria apenas deixar a nota que o Membro José Ferreira tinha acabado de admitir que o problema da higiene urbana não



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. Ferreira'.

era de agora e já vinha do passado, com o procedimento para contratar 160 profissionais para a higiene urbana. Era só para registar esse facto.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não tinha dito coisa nenhuma do que alguém disse que dissera. Apenas dissera que o procedimento para contratar pessoas estava lançado há mais de três anos e a Câmara Municipal de Lisboa, que tinha cerca de dez mil trabalhadores, na higiene urbana se calhar seriam uns três mil, a todo e qualquer momento tinha sempre necessidade de contratar pessoas. -----

----- Como o Vogal Tomás Gonçalves sabia bem, que trabalhava numa grande empresa, estavam sempre pessoas a sair e a entrar.-----

----- O que queria dizer não era que a Câmara fez mal ou bem, era que a entrada dos trabalhadores foi algo que já vinha do passado e pelo que foi dito parecia que foi a atual Câmara a resolver o problema todo e contratou por sua iniciativa, o que não era verdade, porque o concurso já estava no terreno há mais de três anos. -----

----- A todo o momento eram sempre precisos trabalhadores. Devia haver uma reserva de recrutamento desse concurso e se essa reserva acabasse, devia a Câmara imediatamente lançar um concurso, como também devia a Junta de Freguesia, logo que estivesse esgotada a reserva de recrutamento do concurso lançado no mandato anterior e que em dezembro homologaram a lista final. Quando esgotasse essa reserva, fosse pelo prazo ou porque esgotaram as pessoas que constavam dessa reserva, devia imediatamente lançar outro concurso público para ter permanentemente disponível pessoas. -----

----- Havia aposentações, pessoas que iam embora, a pressão do mercado de trabalho que se calhar conseguia oferecer melhores condições aos trabalhadores e eles saíam. ----

----- O que queria dizer era isso e não reconhecer se havia um problema ou não. A higiene urbana era uma questão complexa, difícil, desafiante, mas o que se via era que o lixo era recolhido e deixou de o ser.-----

----- Nos problemas da Freguesia, a Junta podia ter lançado mão de mais recursos do que fez durante esse período. Já o tinha feito bem, em julho já pôs nos quadros as pessoas que podia ter posto mais cedo. -----

----- Também tinha dito que o grande causador do problema na Freguesia era o mau desempenho da Câmara Municipal, se o lixo não era recolhido nas eco-ilhas e ecopontos voava e tinha-se a rua toda suja. -----

----- Ainda na semana anterior tinha ido pôr a sua filha nas atividades e estava o circuito dos verdes por recolher, seguramente com mais de uma semana ou dez dias, porque a podridão que estava nos verdes que as pessoas puseram na porta, a contar que a recolha fosse feita, não foi feita. Claro que nesses verdes criavam-se moscas, havia uma infestação de moscas na cidade e também em Alvalade.-----

----- A responsabilidade não era toda da Junta, tratava-se de uma competência partilhada. Havia uma parte da Câmara e uma parte da Junta, mas essas coisas todas geravam muita dificuldade em que a Junta pudesse cumprir as suas competências.-----

----- Podia dizer que tinha melhorado do ponto de vista da Junta de Freguesia, mas era muito difícil quando se tinha que andar a substituir à Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Higiene urbana, soluções precisam-se!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega), 8 votos a favor (PS e CDU) e 1 abstenção (BE).-----

----- Informou que havia ainda uma moção sobre estacionamento exclusivo a moradores.

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)**, no uso palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que precisava de saber no futuro qual seria o prazo para entrega das moções, se iam seguir o que estava regulamentado ou se passava a ser *ad-hoc*, no próprio dia, como já aconteceu com uma alteração que apareceu nesse dia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que relativamente a essa moção isso não aconteceu. O que tinha sido distribuído era uma mera retificação de uma moção que já tinha sido entregue. -----

----- De qualquer forma, a posição da Mesa era sempre a mesma. Em princípio admitiria com alguma liberdade e amplitude, a não ser que a Assembleia, que era soberana, entendesse não discutir ou adiar, mas nesse caso nem se colocava, porque era uma mera retificação a uma moção que já tinha sido distribuída em tempo. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** reforçou que a moção já tinha sido entregue na altura devida, antes da outra reunião. Era apenas a retificação de um trecho que estava repetido e nada mais. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 9:00 às 19:00 e inversão do estacionamento em marcha atrás.* -----

----- *Exmos Membros da Assembleia de Freguesia de Alvalade, o Movimento de Cidadãos Independentes Mudar Alvalade vem apresentar esta moção.* -----

----- *No dia 23 de Outubro de 2020 deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa a Petição 17/2020 “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 09:00 às 19:00” - assinada por 780 Peticionários, tendo como promotor e primeiro subscritor o município Luís Miguel Ramos Costa.* -----

----- *Em Agosto de 2020, a pedido da Junta e sem aviso ou discussão pública, a EMEL levou a cabo uma alteração no estacionamento das Ruas Acácio Paiva e José d’Esaguy, na freguesia de Alvalade, tornando o estacionamento nessas ruas exclusivo para moradores.* -----

----- *Recordar o atual executivo da Junta de Freguesia de Alvalade que esta proposta foi aprovada no dia 27 de julho de 2021 por unanimidade.* -----

----- *Assim, com esta moção pretendemos questionar e pressionar o atual executivo de qual a razão de passado mais de 14 meses ainda não terem cumprido com esta alteração, bem como qual a previsão deste destes trabalhos.* -----

----- *Se esta moção for aprovada, pedimos que seja dado conhecimento da mesma na Assembleia Municipal de Lisboa e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- *Pelo Vogal da Assembleia de Freguesia Nuno Lopes, eleito pelo Movimento de Independentes Mudar Alvalade.* ----- ”

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que o que foi aprovado na Assembleia Municipal era uma recomendação ao Executivo Municipal e, portanto, não havia uma decisão mandatária por parte da Assembleia Municipal e sim uma recomendação, que aliás, era o que podia qualquer órgão deliberativo fazer. -----



----- Quanto à matéria em concreto, em agosto de 2020 foram criadas não duas, mas quatro bolsas de residentes, vinte e quatro horas, no impasse da Rua Marquesa de Alorna a norte da Rua Luis Augusto Palmeirim, no troço da Rua Marquesa de Alorna a sul da Avenida da Igreja até à Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, o troço da Rua Acácio Paiva entre a Avenida da Igreja e a Rua Luis Augusto Palmeirim e a totalidade da Rua José d'Esaguy, tendo em conta a permanente pressão do estacionamento gerada pelo comércio e pela restauração, impedindo o acesso a uma zona fortemente residencial. -----

----- Era referida a zona como comercial, mas também era fortemente residencial. -----

----- Isso ao mesmo tempo que foi criada uma alternativa aos visitantes do comércio e da restauração, nomeadamente tornando gratuito o estacionamento no parque do mercado a partir das dezasseis horas de segunda a sábado e vinte e quatro horas aos domingos. Assim, foi valorizado o estacionamento para residentes, que passavam a ter maior facilidade de estacionamento mais perto das suas casas. Foi criado também um estacionamento gratuito para visitantes do comércio num período de elevada procura, a partir das dezasseis horas nas compras do período da tarde, muito forte no comércio.-----

----- A situação parecia equilibrada, favorecia os residentes. Acrescia ainda, que o estacionamento implementado era chamado o estacionamento de segurança, a dita marcha-atrás era o chamado estacionamento de segurança, era assim que as viaturas de emergência estacionavam sempre porque favorecia a segurança rodoviária no momento mais difícil para o condutor. A saída de marcha-atrás tinha uma visibilidade muito menor para o trânsito, porque mais facilmente se fazia o contacto visual de outro automobilista que fosse no sentido do trânsito e quem estava a sair do estacionamento virado para o trânsito. Isso também se aplicava a motociclos e ciclistas ou condutores de trotinetes. -----

----- Nessas zonas foi implementada a rede ciclável em via partilhada, com velocidade máxima de trinta quilómetros por hora. A saída do estacionamento na forma como estava, favorecia a segurança rodoviária dos condutores dos veículos que saíam do estacionamento, dos condutores que estavam a circular no arruamento, dos condutores de bicicletas, de motociclos, de trotinetes. Conseguia colocar quem estava a retirar a viatura do lugar de estacionamento em contacto visual direto com quem circulava na via pública. -----

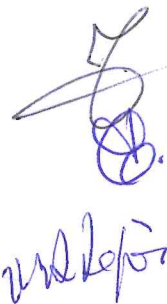
----- Por todos esses argumentos imperaram na decisão do anterior Executivo de pedir à EMEL para implementar essas quatro zonas de residentes, naturalmente o PS votaria contra. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que as alterações ao trânsito foi algo que a CDU levantou no Executivo da Junta no mandato anterior, a propósito dos comerciantes. Era bom ver petições com tanta participação, por parte da CDU apoiavam sempre essas participações populares. -----

----- Tinham realizado visitas com Vereadores e apresentado requerimentos sobre essa questão. Contudo, não estavam certos que essa fosse a melhor solução e havia um ponto principal de tentar não cometer sempre os mesmos erros, de avançar para as soluções sem as ter estudado e enquadrado num planeamento abrangente da Freguesia e nalguns casos também da cidade, sem ser medidas casuísticas. -----

----- Desse ponto de vista, a CDU iria abster-se. Essa necessidade de pensar como um todo era cada vez mais relevante, até porque os recursos eram limitados. Sabia que queriam discutir esses assuntos e a CDU estava sempre disponível para isso. -----



----- Nesse ponto chamava a atenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre o conjunto de perguntas endereçadas pela CDU antes do início da Assembleia, antes de 29 de setembro, acerca dos tarifários da Junta. Perguntava-se nomeadamente se a Junta tinha sido informada pela EMEL, se considerava ajustadas essas mudanças dos tarifários, qual o ponto de situação do parque de estacionamento e outras questões também relacionadas com essas e para as quais não obtiveram resposta, sendo que já iam com doze dias.-----

----- Também falar noutras questões do estacionamento, que continuava a ser uma questão bastante relevante e que já tinha sido levantado noutras Assembleias, um assunto que continuava a ser discutido continuamente. Do ponto de vista da CDU era que continuar a discutir aos bocadinhos não iria correr bem no final. Iriam gastar mais dinheiro, não teriam as soluções necessárias e melhores ou perto das melhores. Os fregueses não iriam estar tão satisfeitos e continuariam a existir os conflitos exagerados que por vezes existiam.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Filipe Moreno. -----

----- **Membro Filipe Moreno (CDS-PP)** disse que a moção falava na alteração do estacionamento exclusivo a moradores, estacionamento partilhado, e da inversão do estacionamento em marcha-atrás, mas no seguimento da moção não se falava desse ponto da inversão em marcha-atrás.-----

----- Propunha ao MMA votar isso em dois pontos separadamente.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que a moção era apenas um reforço ao que já foi aprovado na Assembleia Municipal por unanimidade e era com grande espanto que via o PS votar contra, porque o PS votou a favor essa alteração, que foram eles que propuseram.-----

----- Convidava o Membro José Ferreira a ler a ata, lá estava dito que foi aprovado por unanimidade. O antigo Presidente da Junta acabou por reconhecer que isso estava errado.-----

----- A moção tinha as duas situações, tinha a reversão do estacionamento e voltar à fase inicial, porque isso nem sequer existia no Código da Estrada.-----

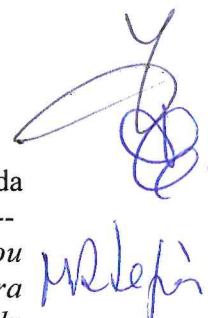
----- Eram opiniões e podiam estar toda a noite a debater opiniões, mas não valia a pena, porque isso foi aprovado na Assembleia Municipal e tinha que ser feito. Era só um reforço que o MMA queria relembrar o Executivo para pressionar a Câmara. Já iam catorze meses.-----

----- Achava estranho agora o PS dizer que votava contra, mas tinha um sentido diferente relativamente ao horário do estacionamento, porque não conseguia perceber a razão de, nessa área, apesar de ter sido revertido, mas ainda não estava em prática, a em certas zonas da Freguesia existir essa exclusividade para moradores e noutras não.-----

----- Podia dar o exemplo da Avenida da Igreja, em que isso não se verificava. No Largo Frei Heitor Pinto, que era um dos sítios mais movimentados e com mais comércio até, que também não se verificou isso e, portanto, até lhe parecia um ato discriminatório. Essas coisas, a existirem, tinham que existir para todos.-----

----- Não era isso que estava em causa, não ia ali debater as opiniões, isso foi aprovado no dia 27 de julho na Assembleia Municipal e foi por unanimidade. Convidava a consultarem as atas.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Rita Madeira. -----



----- **Membro Rita Madeira (PS)** disse que a referida recomendação foi sim aprovada no dia 27 de julho e os pontos deliberativos diziam o seguinte: -----
“----- *Pondere a possibilidade do estacionamento entre as nove e as dezanove, ou seja durante o horário de trabalho convencional deixar de ser exclusivo para residentes, estando este ponto condicionado à efetiva fiscalização durante o período noturno.* -----
----- *Envolva os moradores e comerciantes em decisões futuras de reordenamento do espaço público.* -----
----- *Reavalie o número e a localização dos lugares afetos a cargas e descargas, tendo em conta os interesses dos moradores e dos comerciantes.* -----
----- *Dê prioridade ao parque de estacionamento subterrâneo previsto no Largo Feitor Pinto e proceda a todos os esforços para que este parque seja concluído rapidamente.* -
----- *Inverta o modelo de estacionamento na Rua Marquesa de Alorna, regressando à versão anterior, evitando que os escapes dos automóveis fiquem virados para as esplanadas. O mesmo será recomendado para outros arruamentos de características semelhantes.* -----
----- *Mantenha a Oitava Comissão informada.* ----- ”
----- Todos esses pontos eram “pondere”, “envolva”, “ressalve”. -----
----- As recomendações feitas pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal não eram vinculativas e a Câmara só fazia se assim pretendesse, da mesma forma que o Executivo da Junta só fazia o que a Assembleia de Freguesia deliberava, se assim o pretendesse. Infelizmente nem sempre se fazia aquilo que se queria, mas era o que tinham. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era verdade, uma recomendação era isso mesmo, uma recomendação, não era um voto imperativo, mas era político e cada um tiraria as suas ilações, os eleitores tirariam no final. -----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----
----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PS era um partido democrático e os seus órgãos locais atuavam conforme entendiam na sua decisão coletiva e não estavam sujeitos à direção superior. Não faziam o que lhes mandavam, faziam aquilo que achavam dever fazer. Era assim a matriz do Partido Socialista. -----
----- Existiam outras bolsas de residentes na envolvente da Avenida da Igreja, perto, com acesso pedonal. Não era novidade que na envolvente da Avenida da Igreja essas bolsas de residentes existiam há muito tempo, por exemplo na Rua Guilherme Faria, na Rua Dom Alberto Bramão, na Rua Alberto Osório de Castro. Tinham acesso pedonal e serviam também a Avenida da Igreja de forma muito facilitada. Infelizmente, esses acessos pedonais costumavam estar muito cheios de lixo, mas existia esse acesso. -----
----- Na verdade, aquilo que se fez foi pôr o equilíbrio entre os residentes do lado norte da Avenida da Igreja com os residentes do lado sul, junto da zona comercial da Avenida da Igreja a nascente da Avenida de Roma. Fez-se o equilíbrio entre os que viviam nesses arruamentos, com aqueles que residiam no lado norte da Avenida da Igreja. -----
----- O que queria dizer era que, ao votar favoravelmente, isso estava a prejudicar objetivamente os residentes que agora tinham um acesso muito mais franqueado às suas habitações, para irem lá durante o dia fazer apoio à família, etc. Se voltasse à primeira forma, quem seriam prejudicados eram os residentes. Era uma escolha que depois cada um faria. -----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Junta. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha chegado atrasado por ter estado a representar a Junta de Freguesia de Alvalade. O Presidente da Câmara convocou as



vinte e quatro Freguesias para dar nota do ponto de situação da gestão da Câmara e dos passos futuros. Embora a reunião tivesse continuado, tivera de sair, porque tinha o compromisso na Assembleia de Freguesia. Quando essa reunião foi marcada não estava marcada nenhuma Assembleia de Freguesia, porque não se previa a sua continuidade nesse dia em concreto. Pedia desculpa pelo atraso, mas as razões eram óbvias e parecia-lhe que representar a Junta não era uma opção, era um dever. -----

----- Quanto à moção em concreto, tinha muito respeito pelos técnicos, mas eram um órgão de responsabilidade política e assumiam compromissos. Havia uma grande conflitualidade na cidadania entre técnica e política e pelos vistos tinha havido maus resultados quando a tecnocracia se impunha à vontade das pessoas, não devia ser esse o caminho seguido. Aliás, existiam muitos exemplos em que a tecnocracia cedia à decisão política e um dos mais importantes era aquele que utilizavam todos os dias, o euro.-----

----- Do ponto de vista da técnica económica era impossível equiparar o dracma, peseta ou escudo ao marco e foi uma decisão política, que em prol dos cidadãos europeus, ela fosse tomada. Se tivessem seguido a tecnocracia jamais existiria euro, se tivessem seguido a tecnocracia jamais haveria Schengen, e por aí fora. -----

----- Nesse sentido, a Junta de Freguesia entendia que devia respeitar os órgãos próprios, em democracia. Houve uma deliberação, e aí estava de acordo com quem apresentou a moção, uma deliberação de um órgão que representava a Cidade de Lisboa.-----

----- Além disso, era uma recomendação, não era vinculativa, mas sendo políticos tinham a obrigação de ouvir as pessoas que viviam naquela zona e também os comerciantes. Não tinha a capacidade de saber o que toda a gente pensava, mas na maioria que ouvira não tinha encontrado ninguém que visse uma lógica aceitável e indispensável para o estacionamento de marcha-atrás. Podia ser tecnicamente a coisa mais adequada do mundo, não se aplicava em 90% das ruas de Lisboa. Aplicava-se ali e as pessoas rejeitavam, era um facto.-----

----- Quanto à reserva de bolsas para residentes ou partilha de estacionamento com a área do comércio, era difícil, mas a Junta de Freguesia tinha de atender às duas vertentes. Não podiam dizer no discurso que queriam dinamizar o mercado local de Alvalade, o comércio, a atividade económica, e ao mesmo tempo não criar condições para isso. -----

----- O estacionamento era uma questão muito complexa e estiveram oito anos sem haver uma única decisão decente de todos os compromissos que foram assumidos e que já iam do tempo do Senhor Engenheiro Carmona em relação ao estacionamento e parques de estacionamento prometidos. -----

----- A Junta de Freguesia com os “Novos Tempos” assumiu esse compromisso e estava a fazer todos os possíveis, mesmo pressionando a Câmara Municipal de Lisboa, para que essa realidade fosse de uma vez por todas cumprida.-----

----- Quanto às outras matérias, não tinham a soberba e a certeza de ir fazer tudo bem, mas tinham que respeitar os órgãos próprios da democracia. Entendia caber à Junta de Freguesia alertar a Câmara, e já o fez, para a necessidade de dar cumprimento às recomendações da Assembleia, em particular na questão do estacionamento ser à retaguarda, o que desagradava à maioria das pessoas com quem falaram. -----

----- A Junta de Freguesia não tinha competência para tomar decisões diretas sobre o assunto, mas fazia o que lhe competia. O seu dever era alertar a CML para essa realidade e pressionar do ponto de vista político para que a alteração do estacionamento fosse concretizada. Enviaram-se vários e-mails para a direção de mobilidade da CML, alertando para essa situação. Não era competência direta da Junta, mas estavam conscientes de ser preciso alterar as condições, que não satisfaziam as necessidades das pessoas ali residentes e muito menos as pessoas que acediam ao comércio. -----

----- Estava de acordo com as pessoas que criticavam as tomadas de decisão sem ouvir as pessoas: era fundamental ouvir as pessoas! Estava-se ainda numa fase de pressionar ou de exigir que a Câmara avançasse com os projetos comprometidos no programa eleitoral dos “Novos Tempos” em relação a Alvalade. Não era uma promessa, havia um compromisso que tinha de ser concretizado, respeitado. Nesse sentido, estavam a instar constantemente a CML para apresentar projetos concretos, efetivos, para que esses compromissos fossem de facto assumidos e concretizados. -----

----- Nesse contexto, era obrigação - e comprometiam-se a isso - ouvir as pessoas que residiam na zona, ouvir os comerciantes, antes de tomar uma posição, muito embora, sem demagogia, soubessem que essa matéria precisava de decisões urgentes e que já passou demasiado tempo, mais de vinte anos, sobre a questão do estacionamento na zona da Avenida da Igreja, em Alvalade. -----

----- Não podiam arranjar mais motivos para adiar uma solução e não ia agradar a toda a gente, tinham consciência disso. As cidades geriam-se dessa forma e tinham que resolver um problema e satisfazer uma necessidade. -----

----- Tinha lido nos programas de todos os partidos, e à exceção do BE, todos referiam a questão do estacionamento como uma forte urgência, e era esse também o compromisso dos “Novos Tempos”, que foi eleito para ter essa responsabilidade. Nesse sentido, iriam atuar, para que fosse concretizado o mais depressa possível. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que ficaram a saber, por exemplo, que o Senhor Presidente da Junta considerava que uma medida de segurança, porque as pessoas podiam não a compreender, não devia ser seguida. Por exemplo, quando não se usava cinto de segurança, ninguém gostava de usar e, portanto, devia-se dizer às pessoas que podiam não usar cinto de segurança. -----

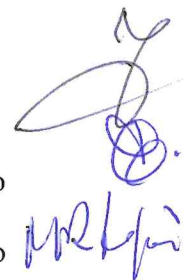
----- O Senhor Presidente não estava presente, mas tinha explicado e iria enviar depois à Mesa a intervenção, quais as razões do estacionamento ser feito em marcha-atrás, chamado o estacionamento de segurança. Aliás, o próprio CDS já sinalizou que queria uma votação por pontos. -----

----- Quanto a dizer-se que não foi feito nada durante oito anos sobre o estacionamento, compreendia o desconhecimento do Senhor Presidente, que chegou a Alvalade há pouco tempo, na verdade foram feitas muitas coisas de estacionamento na Freguesia em geral e naquele local em particular. Para além dessas bolsas de residentes, foi expandido o parque de estacionamento do mercado, alargado o seu funcionamento para vinte e quatro horas. -----

----- Quando foram implementadas as quatro bolsas de residentes, foi tornado gratuito o parque do mercado em determinadas horas e dias. Pensava que todas as forças partidárias votaram favoravelmente essa alteração ao Regulamento de Taxas, tornando gratuito o estacionamento no parque do mercado todos os dias a partir das dezasseis horas e nas vinte e quatro horas aos domingos. -----

----- Foi também ativada a zona que servia a Avenida Santa Joana Princesa. Talvez as pessoas pudessem não se recordar, mas essa avenida era um parque de estacionamento gratuito para caravanas e viaturas abandonadas que estavam ali permanentemente durante a semana. Quando se ativou a zona EMEL, em 2017, essa situação foi corrigida e na prática foi gerado um parque de estacionamento bastante perto do comércio. -----

----- Recordou que, quando o Senhor Presidente era Vereador, essa Vereação abandonou um projeto de parque de estacionamento na Avenida da Igreja. Estava previsto, houve até uma concessão com uma empresa privada, e o Senhor Presidente



Santana Lopes abandonou e não resolveu o problema na altura. Se queriam voltar ao passado e a esse apontar de dedo, também podia referir isso. -----

----- Foram também deixados projetos a correr, nomeadamente do estacionamento no mercado, bem como um parque de estacionamento no subsolo, bem como um parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto. Havia decisões da Câmara nesse sentido. ---

----- Dizer que não se fez nada, deviam reconhecer que se fez alguma coisa e tentar fazer pelo menos tanto quanto foi feito e isso já era bastante. Se conseguissem fazer o parque de estacionamento ficariam muito felizes e esperava que o PSD votasse contra uma moção que estava a ir contra o parque de estacionamento. Ficariam muito felizes e com certeza que o estacionamento na zona comercial de Alvalade ficaria com uma oferta muito melhor e maior, mas dizer que não se fez nada, não era bem assim, fez-se muita coisa. -----

----- Com certeza que os autarcas nunca conseguiam fazer tudo, havia sempre mais qualquer coisa por fazer e viviam sempre na frustração completa de querer fazer mais e não conseguir por outras condicionantes. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que invocar o passado não adiantava. Estavam sempre a invocar o passado, mas o passado já foi julgado e os cidadãos escolheram, pelos vistos decidindo que não estavam satisfeitos. -----

----- Para além disso, havia equívocos. Tinha morado na Praça Pasteur, que antes era Alvalade, e depois na Guilhermina Suggia. As cidades não eram propriamente aldeias em que as pessoas estavam até morrer no mesmo sítio. -----

----- Tinha que emendar um erro que foi cometido. Não tinha sido Vereador do Senhor Doutor Pedro Santana Lopes e sim do Professor Engenheiro Carmona Rodrigues. Essas decisões não estavam sob sua alçada, nunca estiveram. -----

----- O que sabia, porque estava escrito, era que os Senhores responsáveis do mandato anterior tinham um compromisso perante os cidadãos de efetuarem um estacionamento subterrâneo e não estava feito. Isso era um facto e não ia estar com contra-argumentação, era um facto. -----

----- Assumiam esse compromisso e se daí a quatro anos não tivessem cumprido, todos os cidadãos tinham o direito de julgar e criticar, porque aceitava-se a democracia. -----

----- Quanto às regras de estacionamento em segurança, havia uma diferença fundamental, até ideológica e política da sua força política perante o PS. Não tinham a pretensão de ser educadores do povo, deviam ouvir as pessoas e em sintonia com a vontade das pessoas, encontrar as melhores soluções. -----

----- Na maioria das Juntas, algumas geridas pelo PS, ninguém praticava estacionamento de segurança. Não era esse o entendimento e não era esse o caminho que iriam seguir. Não aceitavam dogmas, porque as pessoas não viviam de acordo com a vontade dos políticos. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que independentemente da natureza das deliberações da Assembleia Municipal, a moção foi aprovada, mas o PS mudou de ideias. Ela foi aprovada pelo PS e por unanimidade. Mudavam-se as pessoas, mudavam-se as vontades. -----

----- Falar na questão da segurança, isso nem sequer constava no Código da Estrada, era algo que foi inventado como pretexto. Havia outros contras. O PS era a favor que idosos tivessem que estacionar com essa dificuldade em marcha-atrás, o PS era a favor que os escapes dos carros ficassem virados para as esplanadas, o PS era a favor que os escapes

ficassem virados para as pessoas que passavam com um carinho de bebé e o PS também era a favor de uma questão de segurança, mas ao fazerem marcha-atrás também podia acontecer o contrário, quando iam para frente podiam ter o mesmo problema de quando iam para trás, tanto se podia atropelar uma pessoa a sair, como atropelar uma pessoa a fazer marcha-atrás. Portanto, isso para si não era válido. -----

----- Tinha-se falado, e mal, dos familiares que ficavam prejudicados se revertissem essa situação, mas era exatamente ao contrário. Muitos familiares de pessoas idosas que ali viviam estavam prejudicados por serem privados de usar aquele espaço ou de estacionar ao pé dos familiares, porque de momento não era permitido. Aí, ao reverter essa situação, eram todos beneficiados. -----

----- Dizia-se que era uma questão de equilíbrio, era o ponto de vista do Membro José Ferreira, no seu, não via assim, e achava discriminatório, porque em algumas zonas o estacionamento era caótico e os moradores eram fustigados pelo comércio. Nuns casos, tiveram atenção a isso, e noutros não tiveram. Portanto, considerava isso uma ação discriminatória. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou o que iriam exatamente votar, porque a moção recordava a petição aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa e depois retirava os dois últimos parágrafos, como uma parte deliberativa, com alguma imaginação. No fundo, pretendia-se questionar e pressionar a Junta de Freguesia por nesses catorze meses ainda não terem sido cumpridas as alterações e qual a previsão de cumprimento desses trabalhos e dar conhecimento da moção à Assembleia Municipal de Lisboa e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Era isso no fundo o pretendido, se tinha interpretado bem. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que se tinha baseado no que foi aprovado na Assembleia. Não transcrevera para a moção, para não ficar exaustivo, mas o que falava era da reversão do estacionamento e do horário de funcionamento, voltar a antigamente. Era o que a petição pedia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que ali era apenas um questionamento da Junta de Freguesia sobre em catorze meses ainda não terem sido cumprido o deliberado. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que era relativamente à petição, ao todo da petição. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso levava a algumas dificuldades na proposta, que o Membro Filipe Moreno ali exprimiu, de votar por pontos, porque era indivisível. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que iam com hora e meia de PAOD... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa era uma afirmação que não deveria ser proferida, porque a partir desse momento a Mesa tinha que tomar uma atitude. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que tinham assistido no debate de moção, de recomendação, de qualquer coisa que aparecia, e a bancada do PS, no papel do



Membro José Ferreira, a ir a púlpito, com quinze minutos de canal história. Com um brilhinho nos olhos, ia dizer o que fez o PS, o que fez antes, mas esse brilhinho nos olhos ficava-lhe mal, porque num passado mais recente os alvaladenses decidiram e acharam que era pouco. -----

----- Estavam com hora e meia de PAOD, havia coisas a debater.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que cada Membro da Assembleia tinha a liberdade de expressar as suas opiniões como entendesse. A questão colocada deixava a Mesa “atada”, porque nos termos da Lei o PAOD tinha uma hora de máximo.

----- Não estava a olhar para o relógio e por isso não tinha a noção. Também não tinha um cronómetro para afirmar que já passou exatamente uma hora e meia, até porque não começaram logo às nove horas, houve várias questões.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que queria elogiar o Senhor Presidente da Mesa, que tinha favorecido o debate para que todos dessem a sua visão e daqueles que representavam ali, com toda a liberdade e com toda a tolerância, com o tempo que fosse necessário. Estaria ali a debater Alvalade com todo o gosto durante horas, as que fossem necessárias. Não se importava nada de estar ali hora e meia, duas ou três horas. Com certeza encerraria à meia-noite e iria ali as vezes que fossem necessárias, com muito gosto, debater o presente, o passado e o futuro de Alvalade. Não se incomodava nada com isso e faria sempre dessa forma, como tinha feito até aí. Portanto, queria elogiar o Senhor Presidente da Mesa pela tolerância com que tinha gerido os trabalhos da Assembleia de Freguesia. -----

----- Houve uma coisa que o Membro Nuno Lopes referiu e que devia corrigir, ou pelo menos informá-lo. Os cuidadores informais de idosos de Alvalade que fossem fazer esse serviço aos seus familiares ou conhecidos, fosse quem fosse, tinham a possibilidade no Regulamento de Estacionamento de Lisboa de ter um dístico a permitir o estacionamento nas zonas de residentes e nas zonas onde eles até nem eram moradores.

----- Isso foi um contributo até dado por Alvalade com a anterior Vereação, circulou o regulamento e antes de ser apresentado aos órgãos competentes, foi referido que era uma necessidade que muitos cuidadores informais já apresentavam nas zonas de Alvalade, onde já havia estacionamento sob concessão da EMEL. -----

----- Existia essa possibilidade. O serviço dos cuidadores informais era muito importante para os residentes de Alvalade, em particular os seus idosos, mas não apenas, porque outros residentes de Alvalade também precisavam de apoio. Havia essa possibilidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que só pedia aos Membros da Assembleia para não abusarem da liberdade, mas entendia. Aliás, expressara esse seu entendimento em anteriores mandatos, que esse ponto e as perguntas ao Presidente da Junta de Freguesia, eram os pontos onde havia maior possibilidade de poderem falar sobre os problemas da Freguesia e sem estarem amarrados a uma específica proposta que tinham de votar na ordem de trabalhos. Pareciam ser os pontos com relevância para ali discutirem. -----

----- Esclareceu que iriam votar a moção com o entendimento que ali foi expresso do que realmente estavam a votar. Na verdade, era um questionamento e uma pressão ao Executivo da Junta de Freguesia para dar algum esclarecimento sobre os catorze meses, em que ainda não foram cumpridas as deliberações da Assembleia Municipal, e sendo votado enviar à Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Submeteu à Votação a **Moção “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no**

horário das 9:00 às 19:00 e inversão do estacionamento em marcha atrás”, apresentada pelo MMA, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega), 7 votos contra (PS e BE) e 2 abstenções (CDU).-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

----- *“Contra a realização de reuniões descentralizadas em conjunto com outras Freguesias*-----

----- *Membros da Assembleia de Freguesia de Alvalade*-----

----- *O Movimento de Cidadãos Independentes Mudar Alvalade vem apresentar esta moção contra a realização de futuras reuniões descentralizadas em conjunto com outras freguesias da cidade de Lisboa.* -----

----- *Tem sido prática comum a CML juntar duas freguesias o que naturalmente reduz o número de reuniões de vinte e quatro freguesias para metade, que no nosso entender estas reuniões, são uma grande mistura de problemas entre freguesias vizinhas, o que leva a não serem práticas nem funcionais, para nenhuma das partes.* -----

----- *Com estas reuniões descentralizadas a pares, apenas saem beneficiados os membros do executivo camarário que são aliviados de uma carga horária!* -----

----- *Assim, a título de exemplo real, no passado dia 21 de setembro realizou-se na freguesia de Marvila a reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa com as freguesias de Marvila e Alvalade.* -----

----- *Como é do conhecimento geral estamos a falar de freguesias com grande densidade populacional da cidade de Lisboa, sendo Marvila a segunda maior e Alvalade a sexta.* -----

----- *O Regimento contempla a inscrição de 20 habitantes, o que torna as reuniões massivas e uma mistura de problemas vizinhos sem rei nem roque!* -----

----- *Como exemplo prático nesta última reunião, inscreveram-se cinquenta e oito munícipes, onde trinta e oito ficaram de fora, tendo eu sido um desses munícipes!* -----

----- *Dos vinte inscritos apenas foram aceites quatro elementos da freguesia de Alvalade, o que demonstrou um enorme desequilíbrio na paridade, tendo nitidamente a freguesia de Alvalade ter ficado prejudicada e pouco representada.* -----

----- *Nesta reunião foram ainda rejeitadas inscrições de vogais da Assembleia da Freguesia de Alvalade, que foram assim privados dos seus direitos de moradores, não podendo expor os seus problemas da freguesia, pela simples razão de apenas serem vogais.* -----

----- *Os vogais acima de tudo são na maior parte dos casos moradores e alguns até trabalhadores da freguesia que representam, de forma que consideramos impróprio privar estes cidadãos dos seus direitos ou de representarem através de exposições os problemas da freguesia para que foram legalmente eleitos.* -----

----- *Dizer ainda que em nada consta no regimento que um vogal se possa inscrever numa reunião descentralizada!* -----

----- *Por todas estas razões o Mudar Alvalade apela a todos os membros que aprovelem esta moção no sentido de futuras reuniões descentralizadas sejam exclusivamente realizadas na nossa freguesia, em instalações da nossa freguesia, bem como não impeçam a participação dos vogais da Assembleia de Freguesia!* -----

----- *Se esta moção for aprovada, pedimos que seja dado conhecimento da mesma na Assembleia Municipal de Lisboa e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- Pelo Vogal da Assembleia de Freguesia Nuno Lopes eleito pelo Movimento de Independentes Mudar Alvalade. -----”

----- Disse que queria só acrescentar um ponto, porque ao inscrever-se, o fizera como cidadão e queria tratar de um problema mesmo em frente à sua casa. Não tinha sido tido nem achado pelos Membros da Câmara Municipal de Lisboa sobre qual o assunto. -----

----- Pelas situações que depois pudera apurar, o simples facto de ser Membro da Assembleia tinha mais oportunidades de se expressar, o que não concordava era que lhe tirassem os direitos de cidadão morador pelo facto de ter sido eleito. Queria simplesmente falar sobre um assunto que era em frente à sua casa, na sua rua, e isso não foi questionado. -----

----- Depois notou-se uma grande disparidade de problemas. Não tinha nada contra as pessoas de Marvila e, com certeza, eles deviam achar o mesmo, porque isso não era bom, nem para uns, nem para os outros. As reuniões tornavam-se massivas e não eram funcionais. -----

----- Era de opinião que isso devia ser alterado. Embora fosse prática corrente no passado, não queria dizer que não passasse a ser alterada no futuro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso era mais da Câmara Municipal do que da Junta de Freguesia, mas se fosse aprovado poderia ser transmitido esse desejo. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que a CDU não era contra as reuniões descentralizadas, pelo contrário. Valorizavam a possibilidade que as reuniões descentralizadas davam aos cidadãos de poder intervir e expor os seus problemas. -----

----- Tinham dúvidas que se pudesse fazer uma reunião descentralizada por Freguesia, tendo em conta que teriam de ser vinte e quatro reuniões. -----

----- A prática era juntar duas Freguesias, mas os critérios de agregação eram discutíveis e nesse sentido o voto seria de abstenção. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era uma competência da Câmara Municipal, em particular do seu Presidente, que convocava as reuniões e as dirigia, como aliás afirmou amiúde na última reunião descentralizada, quando estava a intervir um Vereador do PCP. Portanto, era o Senhor Presidente da Câmara que determinava como eram convocadas as reuniões descentralizadas e em que termos. -----

----- A ideia das reuniões descentralizadas era que decorressem com o tema de uma Freguesia uma vez por ano. Eram vinte e quatro Freguesias na cidade e esse argumento já foi usado, era fazer as contas. -----

----- Também era verdade que um dos critérios que presidia a essas reuniões descentralizadas e que já ia do passado era que as pessoas que não tinham acesso de outra forma pudessem ter acesso naquele momento, sendo certo que existiam outros fóruns, as Assembleias de Freguesia, as Assembleias Municipais, que tinham período para público e nesse mandato foram inauguradas Assembleias Municipais descentralizadas, um outro mecanismo que existia para participar. Os cidadãos não tinham mais nenhum local para peticionar os órgãos, sendo certo que o tempo era curto, aliás como já tinham discutido na Assembleia. -----

----- Também era verdade que, no passado, Alvalade era emparelhado com o Areeiro, e quando as reuniões descentralizadas decorriam na escola secundária Filipa de Lencastre facilitava bastante a participação dos alvaladenses, por razões óbvias, por ser mais



acessível com os transportes públicos e também para a deslocação pedonal, se tal ocorresse. Já no Casal Vistoso não era tão acessível, mas também houve casos. -----

----- As reuniões descentralizadas, quando eram emparelhadas com outra Freguesia, normalmente decorriam em roulement, uma num ano numa Freguesia e noutra ano decorria noutra Freguesia. De todo o modo era uma competência do Senhor Presidente da Câmara e o PS, considerando o que já foi dito, iria abster-se. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Contra a realização de reuniões descentralizadas em conjunto com outras Freguesias”**, apresentada pelo MMA, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 2 votos a favor (MMA e Chega) e 17 abstenções (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL e BE). -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** apresentou o seguinte documento: -----

Moção -----

“----- *Contra o parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto* -----

----- *Exmos Membros da Assembleia de Freguesia de Alvalade* -----

----- *O Movimento de Cidadãos Independentes Mudar Alvalade vem apresentar esta moção contra a construção do Parque subterrâneo no largo Frei Heitor Pinto, em primeiro lugar dizer que não somos naturalmente contra o estacionamento, mas que entendemos por questões técnicas, entre outras que estamos perante uma má solução e temos como proposta a apresentação de uma alternativa de local para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na freguesia de Alvalade.* -----

----- *No passado dia 21 de setembro na reunião descentralizada, na qualidade de cidadão e vogal tentei apresentar esta exposição, mas tal não foi aceite em virtude de ser um membro da Assembleia de Freguesia de Alvalade e que agora venho uma vez mais expor.* -----

----- *Dizer em primeiro lugar que a decisão da construção de um parque subterrâneo neste local, que já vem do anterior executivo e que o atual seguiu, e nosso entender mal, baseando-se pela razão de já haver um projeto, de se ganhar tempo, o que não nos parece valida pelas seguintes razões:* -----

----- *Em primeiro lugar dizer que o anterior executivo avançou com esta ideia sem ter sequer feito uma consulta pública junto dos moradores e fregueses de Alvalade, o que se torna só por si uma atitude pouco democrática e que este executivo decidiu dar continuidade!* -----

----- *Portanto aqui o Mudar Alvalade desde logo, pede que se realize uma reunião pública, para ouvir a opinião de todos os envolvidos.* -----

----- *O local escolhido é uma das artérias de trânsito da freguesia com mais densidade de tráfego, que liga a outras artérias fulcrais em que umas afeta diretamente outras indiretamente, tais como a Avenida da Igreja, Av. Do Brasil, Av EUA, e ligação da D. Rodrigo da Cunha, com a St Joana Princesa para quem vem da Av. Gago Coutinho.* ---

----- *Quem conhece bem a freguesia sabe que o trânsito nas horas de ponta entre as 08:00 e as 9:30, 17:30 e 18:30 é muito intenso e cortar esta artéria durante um longo período, parece-nos que será criar o caos na freguesia e em todas as artérias á volta.* --

----- *Para além da questão do trânsito temos ainda, que esta área escolhida é muito comercial e ainda não foi explicado qual o perímetro que esta obra vai ocupar, ou mais ainda o tempo de obra que não será menos do que dois anos de caos no trânsito e comércio á volta.* -----

----- *Outra razão prende-se com o natural abate de perto de duas dezenas de árvores, em que muitas são quase centenárias.* -----”

----- Por todas estas razões entendemos que o local não é o mais apropriado e apresentamos como alternativa o parque de estacionamento do Mercado de Alvalade, com ligação ao Parque do Jardim José Duro. -----

----- Este local, vai causar menos constrangimentos na questão do tráfego na freguesia, em virtude de não afetar nenhuma das artérias acima mencionadas. -----

----- Este local tem menos arvores, logo o número de abate é reduzido, tem também uma menor área comercial e tem a particularidade de ficarmos com uma área de estacionamento maior do que no Largo Frei Heitor Pinto, para além de ficarmos com um parque de estacionamento subterrâneo junto a uma infraestruturas de grande importância que é o Mercado de Alvalade, indo assim já ao encontro de uma das fases de requalificação deste mercado, cujo equipamento urge de uma intervenção. -----

----- Por fim, no lugar do atual parque de estacionamento, podemos construir um jardim e fazer uma ligação ao jardim da José Duro, ficando a freguesia com um espaço verde de excelência! -----

----- Por todas estas razões o Mudar Alvalade apresenta esta moção para suspender o projeto de construção do parque subterrâneo no Largo Frei Heitor Pinto, até que haja uma ou varias reuniões publicas, para discussão de todos os problemas técnicos aqui apresentados. -----

----- Se esta moção for aprovada, pedimos que seja dado conhecimento da mesma na Assembleia Municipal de Lisboa e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Pelo Vogal da Assembleia de Freguesia Nuno Lopes eleito pelo Movimento de Independentes Mudar Alvalade. ----- ”

----- Disse que a intenção não era propriamente estar contra o espaço, mas era haver um debate público e com técnicos, porque engenheiros e arquitetos com certeza seriam as pessoas que tinham a última palavra. -----

----- Era-se mero especulador mas com o direito a ouvir, a ter essa reunião pública, já que o anterior Executivo não o fez. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que nas suas anteriores funções, na extinta Freguesia de São João de Brito, desde os anos oitenta que falavam desses dois espaços. Estava no “campeonato” do novo aeroporto de Lisboa. Estariam a chegar aos cinquenta anos sem parque de estacionamento na Freguesia. -----

----- Como Presidente da Mesa da Assembleia de São João de Brito, da extinta Freguesia, tinha provocado um debate alargado sobre o parque de estacionamento que o Membro José Ferreira referiu, que se não estava enganado era uma concessão à Bragaparkes, estava a falar de uma que era no prolongamento subterrâneo da Avenida da Igreja, que era para ser atribuído à Bragaparkes, naquelas permutas relativamente ao Parque Mayer. -----

----- Na altura a população foi ali em massa ouvir os engenheiros municipais e foi de opinião contrária a esse parque. -----

----- Havia agora uma comissão que podia discutir essas matérias e até propor uma Assembleia temática, estava nas suas competências. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que no estudo prévio alinhavado com a Vereação do anterior mandato não havia impactos sobre o arvoredado. A implantação ficaria sempre dentro do arruamento do Largo Feitor Pinto e a zona central, onde estava o jardim, não seria afetada. Seria preservado o arvoredado e essa era a ideia em fase de estudo prévio. -----

----- Depois, em fase de obra, seria sempre possível manter a circulação entre o largo e a Avenida Santa Joana Princesa e a Avenida Rio de Janeiro. O troço onde se entrava no



largo para depois fazer o acesso à Avenida Santa Joana Princesa era de largura suficiente para que provisoriamente se mantivessem dois sentidos sobre essa via. Existia essa possibilidade, fisicamente era possível manter a circulação tanto no sentido Largo Feitor Pinto para Avenida Santa Joana Princesa, ou entroncamento com a Rio de Janeiro para o lado de Santa Joana Princesa, como no sentido oposto. Do ponto de vista da manutenção, em momento de obra, isso seria garantido dessa forma. -----

----- A solução era com dois parques de estacionamento. Aliás o Senhor Presidente da Junta já referiu isso, pensava que até na revista da Freguesia. A solução passaria por um estacionamento enterrado na parcela que atualmente era o estacionamento do mercado e um outro estacionamento no Largo Feitor Pinto. -----

----- A intervenção seria feita sequencialmente, primeiro no largo e depois no mercado, porque ao intervir no estacionamento do mercado sem mais nada, acontecia que a oferta atual, com cerca de 110 lugares, desapareceria, durante a obra não haveria essa oferta. Se fizessem primeiro o estacionamento no Largo Feitor Pinto e depois no mercado, não havia redução da oferta durante o período da obra, o que tinha um grande impacto na procura. -----

----- A solução indicada como alternativa referia que se iria pôr em causa o arvoredado do Largo Feitor Pinto, mas no largo a tardoz do mercado havia também imenso arvoredado e a solução de fazer um parque de estacionamento nesse local iria, aí sim, sem hipótese nenhuma, sacrificar esse arvoredado. -----

----- Levar trânsito de acesso e de circulação para dentro de uma zona residencial e mais apertada do que o largo, do ponto de vista do trânsito, não era correta, porque o que se ia fazer no estacionamento por baixo do largo da Rua José Duro era dirigir todo o trânsito a procurar esse local, enquanto no largo, era uma zona de distribuição de maior calibre e de maior facilidade. -----

----- Acrescia que a zona comercial a tardoz do mercado era tão ou mais densa, provavelmente mais densa, do que o comércio no Largo Feitor Pinto. O comércio era mais intenso nesse local. -----

----- A ideia foi de tentar maximizar as soluções de estacionamento, isso foi feito e referido já pelo Senhor Presidente da Junta, fosse na revista da Freguesia ou noutras intervenções. A explicação de porque isso foi feito dessa forma, era exatamente por aquilo que referira, mantinha-se a circulação nos dois sentidos, colocava a intervenção da obra de forma sequencial e sem quebras na oferta, fazendo-se primeiro o largo e depois o mercado. -----

----- No geral, havia um crescimento da oferta no Largo Feitor Pinto, o que estava pensado seriam 200 lugares. No mercado, que tinha 110, passaria para duzentos e qualquer coisa. Nunca haveria quebra de oferta. -----

----- O Senhor Presidente numa intervenção anterior referira que o PS tinha feito uma promessa sobre um estacionamento no largo. Tinha ido confirmar no programa do PS posto à eleições em 2017 e de facto não constava. Constavam sim as bolsas de residentes na zona nascente da Avenida da Igreja e portanto estavam a executar o mandado que foi dado. -----

----- Todos sentiam, isso não os afastava da solução em concreto, que era sempre possível tentar ganhar o máximo de utilidade para as pessoas que moravam em Alvalade e que visitavam Alvalade. Tentaram sempre e continuavam a tentar, para que o estacionamento no Largo Feitor Pinto e no mercado pudessem contribuir para aumentar a oferta de estacionamento naquela zona comercial, com a máxima utilidade e o menor incómodo possível para os que viviam em Alvalade, os que visitavam e os que iam ao comércio. -----

MR de Pina

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** informou que a moção dos voos noturnos já estava publicada na mensagem. -----

----- Em relação à moção em discussão, um pouco à imagem do anterior, eram problemas ligados à mobilidade, e mais uma vez tinham de ser vistos de uma maneira global. As questões do estacionamento estavam muito patentes, mas tinha de haver uma avaliação global, até porque havia uma crise climática, uma série de alterações de modelos de vivência, uma série de insuficiências. Tudo isso tinha que ser visto em conjunto. -----

----- Obviamente que estavam alinhados com a discussão pública e com a participação dos vários intervenientes para se chegar à melhor solução possível. Contudo, era importante também realçar que já houve uma deliberação no mandato do anterior Executivo Municipal, na qual a CDU não tinha votado favoravelmente, porque decorrente do modelo que estava na altura em discussão para a construção e concessão.

----- Essa questão não era de somenos, tinham que ver qual era o custo/benefício, como seria gerido e como iria permitir depois a melhor gestão no seu dia a dia. -----

----- A CDU concordava que tinham de adequar a resposta às necessidades e nalguns casos teriam que aumentar estacionamento, noutros poderiam até ter que eventualmente diminuir, mas tinham que adequar essa resposta. -----

----- Também referir que a solução de passar mais ainda para dentro do bairro parecia levar problemas graves mesmo durante as obras, com os outros prédios em conflito, bem como na sua utilização. No fundo, estavam a levar mais trânsito para dentro daquela zona e isso não fazia sentido, até porque se reclamava que já era difícil estacionar de marcha-atrás naquela zona. A complicação que isso podia gerar era demais. -----

----- O Membro Nuno Lopes tinha evocado uma recomendação da comissão da Assembleia Municipal que referia a construção de estacionamento subterrâneo no Largo Feitor Pinto. Tinha ficado confuso, se estava a evocar aquela recomendação ou se estava a evocar as partes das recomendações que lhe davam jeito. Passava a ler: -----

----- *“Dê prioridade ao parque de estacionamento subterrâneo previsto para o Largo Frei Heitor Pinto e proceda a todos os esforços para que este parque seja concluído rapidamente.”* -----

----- Pedia um esclarecimento nesse sentido porque estava a referir uma recomendação que era uma ótima recomendação mas que dizia o contrário daquilo que agora estava a propor. -----

----- A CDU votaria contra a moção. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que queria apenas fazer uma retificação, acreditando que o Membro Nuno Lopes não levaria a mal. -----

----- A ideia de construir um parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto não era uma criação do anterior Executivo. O Senhor Presidente da Mesa acabou por dar alguma informação, que desconhecia, mas pelos vistos já desde os anos oitenta que isso se discutia. O que sabia era que nos inícios de 2000, Santana Lopes tinha apresentado essa proposta e depois acabou por retirar, porque naquela altura os comerciantes acabaram por não aceitar o parque de estacionamento como solução nos moldes em que estava a ser apresentado. A verdade era que os anos passaram. -----

----- Na altura estava a ser discutido, não o estacionamento apenas no Largo Feitor Pinto, mas também por baixo da Avenida da Igreja. A questão era que passaram quase

vinte anos e atualmente o que se sabia era que toda a gente denotava a falta de estacionamento e os próprios comerciantes o pediam. -----

----- Foi uma proposta que o “Novos Tempos” colocou no seu programa eleitoral e que acabou por ser sufragada e acolher a maioria dos votos nas últimas autárquicas, mas na verdade não foi só nesse momento. Ainda atualmente, quando falavam com comerciantes na rua e moradores, todos falavam na urgência da construção desse parque de estacionamento e por esse motivo o PSD iria votar contra a moção. -----

----- Apesar de compreender o argumento de que podiam ser necessários mais estudos, se calhar o Executivo tinha mais informação, mas suspender todo o processo nessa fase só faria protelar ainda mais o problema e a situação. Fazia-se desse caso quase um aeroporto de Lisboa, mas estavam ali para arranjar soluções para a população. -----

----- Estava demonstrado com base nos últimos estudos que foram feitos - andavam sempre nisso, de estudo em estudo e não se fazia nada - que era possível proceder à construção do parque de estacionamento afetando o mínimo possível o tráfego na Freguesia. Relativamente às árvores também foram encontradas soluções. -----

----- Chegara a ler críticas sobre a preservação da calçada portuguesa no Largo Frei Heitor Pinto e todas essas questões estariam sempre salvaguardadas. Nessa fase não deviam estar a colocar mais pedras na engrenagem e sim tentar auxiliar o Executivo e acompanhar os trabalhos feitos pelos engenheiros e aquilo que viesse a ser apresentado por forma a que fosse tomada a melhor decisão para servir a Freguesia. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que Santana Lopes não propôs nenhum estacionamento no Largo Feitor Pinto, propôs no comprimento da Avenida da Igreja. Foi essa a solução que os comerciantes não gostaram. Aliás, o que levou a ir para o Largo Feitor Heitor Pinto foi precisamente a resistência criada pelos comerciantes, mas também pelos residentes, face ao impacto brutal que teria, durante dois ou três anos, na zona onde era mais intenso o comércio. -----

----- As soluções eram sempre difíceis, as obras incomodavam sempre. Parecia que todos concordavam pela necessidade de estacionamento e talvez fosse melhor aquele que já estava encaminhado. Pensava que nisso até concordavam em geral. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa matéria poderia gerar o consenso na diversidade, porque seria comum a todos os bem-intencionados que interessava criar condições para melhorar a qualidade de vida das pessoas de Alvalade. -----

----- Daquilo que se foram apercebendo e ouvindo as pessoas, em particular os comerciantes e os residentes, a solução do parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto não resolvia os problemas todos. Até desejariase fosse possível, se houvesse recursos e sem demagogia, que houvesse mais parques de estacionamento subterrâneos com jardins por cima. -----

----- Havia outras zonas de Alvalade que precisavam. Ao pé do Teatro Maria Matos, na zona do Cinema King, no Bairro das Estacas, tomara que os carros, em vez de estarem no meio da estrada, num estacionamento ad-hoc, que foi necessário e não estava a criticar quem decidiu, tivessem um estacionamento adequado. -----

----- De facto, já foi dito várias vezes, parecia o aeroporto de Lisboa. Foram discutidas várias alternativas, ambas eram complementares se houvesse recursos, até porque tinham que ser honestos, não era a Junta que tinha capacidade, nem poder, para decidir essas matérias sozinha. Era uma competência que abrangia a Câmara Municipal, os meios envolvidos eram muito grandes e a Junta não teria capacidade, sob pena de não

MRLK ps

fazer outras coisas muito mais urgentes e necessárias para o dia a dia da vida das pessoas. -----

----- Por parte do Executivo da Junta aceitavam algumas sugestões, se entendessem que as sugestões eram úteis. Era preciso de facto falar com as pessoas, isso estava fora de questão, até porque não gostavam de dogmas e de ser educadores do povo, tinham que tomar decisões e de se responsabilizar por elas, mas também tinham a obrigação de explicar às pessoas o porquê e de as tentar convencer politicamente. -----

----- Quanto às questões do trânsito, fazia sentido o proponente da moção chamar a atenção, mas caberia aos técnicos, à Câmara e à Junta, assegurar que havia o menor transtorno possível. Aí estava de acordo com o PS, havia sempre transtorno com as obras e isso era inevitável, fosse num sítio ou noutra, mas era uma necessidade. -----

----- Não achava que os fins justificassem os meios, nunca tinha sido favorável a essa leitura enfiada de Maquiavel, mas era preciso tomar uma decisão muito concreta e urgente. Essas coisas eram muito demoradas e aí contribuíam para o descrédito dos políticos e da política. Discussão, promessa, não cumprimento, era fácil criar extremismos e outras circunstâncias e não deviam contribuir para isso. -----

----- Reconhecia que havia situações apresentadas que tinham de olhar para elas, porque não era a moção que estava em causa, eram as pessoas que residiam e trabalhavam em Alvalade e o comércio. O estacionamento era uma necessidade, havia teses de que iria levar mais carros, mas os carros já existiam, os carros não nasciam. -----

----- Acreditava na ciência, não sabia como seria daí a dez anos, quando os carros fossem *green friendly*, a hidrogénio ou outra coisa qualquer. Já não seria esse o problema, seria outro, de facto carros a mais não era só uma questão ambiental, era uma questão de qualidade de vida, de espaço público, mas alguns estudos de especialistas diziam que havendo estacionamento havia maior mobilidade pedonal e de outros meios de transportes, porque as pessoas tinham lugar para deixar os seus carros. Isso era discutível. -----

----- Em resumo, achava que não deviam adiar decisões, mas mesmo que quisessem não tinham poder para isso. Podiam pressionar politicamente, podiam fazer ver à Câmara, mas não era competência da Junta tomar decisões sobre essa matéria. -----

----- Na recomendação, a parte que a Junta de Freguesia devia seguir era ouvir as pessoas, discutir com as pessoas, apresentar o projeto às pessoas, explicar quais eram as condicionantes, tentar minorar os efeitos de transtorno que as obras sempre causavam, fosse por novas formas de estacionar, fosse por novos circuitos de mobilidade. Os técnicos melhor saberiam. -----

----- Se pressionassem, se exigissem, se tivessem esse objetivo sempre presente, aí a opção seria útil, mas para mais um adiamento de um parque, a posição era de que seria necessário mais do que um, os que fossem possíveis, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, sem demagogia. A Junta apoiaria a iniciativa da CML e de outras entidades nesse sentido. -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que não eram técnicos, não iria debater-se com questões se era para dentro ou para fora, onde havia mais comércio ou não. -----

----- Tinha ficado a perceber melhor algumas explicações que nunca foram dadas e por uma razão muito simples, porque não houve uma reunião pública. Isso foi feito dentro dos gabinetes. Foram apresentados problemas, que se calhar passariam a noite toda a debater e daria já uma solução para um deles, mas como não houve uma reunião pública esses problemas ficavam. -----

----- O que o “Mudar Alvalade” pedia não era tornar isto um *aeroporto de Lisboa*, mas que se fizesse, com as documentações todas já existentes, uma reunião pública, uma apresentação à população, para que mais tarde pudessem também saber com o que contavam. Os moradores tinham o direito de saber, não era fazer as coisas dentro dos gabinetes e dizer que ali era melhor, por A mais B ou C. Claro que não eram técnicos, não eram arquitetos nem engenheiros, não valia a pena estar ali a debater com isso. -----

----- Tinha ideia de haver um parque para a José Duro, que também já houve um projeto para a José Duro, tinha ideia de ter ouvido isso de comerciantes, que alguns até pagaram umas quotas e depois aquilo acabou por não acontecer. Portanto, a José Duro não estava assim tão fora como sugeriam. -----

----- Que houvesse uma reunião pública a informar a população do que se ia fazer. Era importante para a população, para saberem com o que contavam daí a dois anos, o que ia acontecer ou não. Já que havia tantos estudos e tanta matéria adiantada, o Executivo dar a conhecer à população o que estava a ser feito, o que estava projetado. Era só isso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se podia depreender das palavras que alterava a primeira determinação. -----

----- “*Por todas estas razões o Mudar Alvalade apresenta esta moção*”, eliminava “*para suspender o projeto de construção do parque subterrâneo*” e passava a dizer o seguinte: “*apresenta esta moção para que haja uma ou varias reuniões publicas, para discussão de todos os problemas técnicos aqui apresentados.*” -----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que concordava.-----

----- O que se pedia ali bem vinculado era que houvesse uma reunião pública, era isso que estavam a pedir e que se mostrasse o que se fez no passado, que não se escondesse. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se era alterado nesse sentido. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que sim. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que a moção tinha um título distintivo contra o estacionamento. Uma coisa era mudar uma palavra ou duas...-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pensava ficar “*Moção relativa ao parque de estacionamento no Largo Feitor Pinto*”.-----

----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

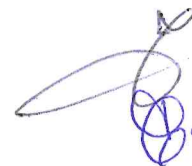
----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que achava muito bem que se apresentasse uma moção para fazer uma reunião pública, dependente dos termos em geral, votaria favoravelmente com certeza, mas a moção que foi distribuída tinha um sentido. Parecia que, entretanto, já tinha um sentido bastante diferente, mas não foi distribuída. -----

----- A moção podia ser discutida nos termos em que foi apresentada. Podia haver correções, mas que não alterassem totalmente o sentido da moção inicial, era isso que se estava a propor. O que foi distribuído em tempo era essa moção, se fosse trocar uma palavra ou duas, como já aconteceu, era uma coisa, mudar o sentido da moção totalmente era outra. -----

----- Tinham que ver a redação com calma, estudá-la. Investia algum tempo a estudar os documentos ali apresentados e merecia o estudo com tempo, sem estar ali a tentar mudar o sentido, num sentido oposto ao que era inicial. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que no seu entendimento os proponentes eram livres de retirar, acrescentar, aditar as suas propostas, isso decorria do debate. -----

----- O Membro Nuno Lopes assim o afirmaria, mas já disse que foi confrontado com várias explicações que ele próprio não tinha conhecimento e que o levaram a propor



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. Rêgo'.

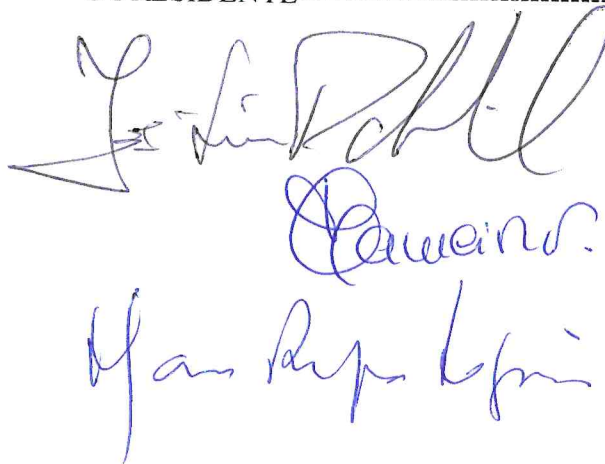
uma alteração da sua proposta. Além disso, como cristão gostava sempre de ver um filho pródigo regressar a casa e, portanto, o Membro Nuno Lopes ia ter com os restantes nessa proposta do parque de estacionamento, mais debatida e divulgada. -----
----- Já discutia essas coisas pelo menos desde 1983, onde também era o da José Duro, desenvolveu-se nessa altura com duas associações de moradores que pretendiam levar a efeito os dois projetos, que depois não tiveram capacidade financeira para o fazer e só por isso não avançou, mas era altura de o fazer.-----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----
----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que não queriam criar um *segundo aeroporto* e o “Mudar Alvalade” retirava a moção, apresentando uma nova na próxima Assembleia. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que este debate era muito importante. Estas matérias tinham que ser ali discutidas, porque eram daquelas que todos os programas, de quatro em quatro anos, tinham lá previsto, melhor estacionamento. -----
----- Perguntou à Assembleia se havia disponibilidade para discutir o voto de saudação entregue nesse dia...-----
----- (diálogos cruzados) -----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----
----- **Membro José Ferreira (PS)**, em interpelação à Mesa, disse que na primeira ou segunda Assembleia dirigida pelo Senhor Presidente foram distribuídas umas atas para deliberarem sobre as mesmas. Segundo lhe parecia essas atas eram transcritas de forma profissional, era o procedimento seguido. Aliás, era contratada a mesma pessoa que fazia esse trabalho para a Assembleia Municipal e nunca mais tiveram atas. Já havia mais de um ano de trabalhos, com várias reuniões em cada sessão ordinária, mas ainda não tinham atas. -----
----- O que acontecia depois, era que iriam todas juntas e teriam uma resma de atas para aprovar. -----
----- Se fossem aprovando à medida com o tempo, talvez houvesse mais atenção nas mesmas. Se fosse garantido que as atas eram transcritas por gravação, isso também facilitava muito a aprovação, era o que foi dito e se não foi aquilo que se queria dizer então que tivesse dito, a pessoa podia sempre corrigir mais à frente, mas era importante que não se adiasse por muito mais tempo a questão das atas porque já muitas reuniões tinham decorrido. -----
----- O que pedia ao Senhor Presidente era que fizesse seguir as atas para a Assembleia e que fosse transmitido que a metodologia de passagem a texto do que era dito na Assembleia seria a mesma, alguém que fazia a transcrição da gravação para texto.-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso foi o que lhe aconteceu a si. Não foi logo no início e por isso teve que ter a aprovação do dispêndio financeiro para a contratação dos serviços. Foi realmente contratada a mesma pessoa, era tudo feito nos mesmos moldes. -----
----- De repente, tinha ficado com várias atas dessas para rever e não eram pequenas, por isso as tinha em cima da mesa. Realmente eram fidedignas e não havia nenhuma questão. Não as iria atirar todas ao mesmo tempo para uma Assembleia, que isso era uma maldade que lhe fizeram a si. Iria aos poucos.-----
----- Tinham já oito transcritas, faltariam duas ou três.-----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** voltando ao voto de saudação entregue, disse que tinha seguido no dia 30, às 15:19. Pelo menos o lado direito da Assembleia tinha recebido, não sabia se o lado esquerdo recebeu.-----
----- (diálogos cruzados) -----
----- Tendo pedido a palavra, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----
----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que tinham falado na questão do PAOD e houvesse um pouco de coerência naquilo que diziam. A moção não foi distribuída a todos os Membros da Assembleia de Freguesia, não chegou antes da Assembleia que começou no dia 29. -----
----- Tinham tido alguma condescendência, fugindo ao Regimento, em aceitar documentos que não eram entregues à Mesa no período devido. Se essa entrou no dia 30 foi depois do início da Assembleia. -----
----- O Professor Adriano Moreira ainda estava vivo e na próxima Assembleia provavelmente teriam possibilidade de discutir essa moção. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que para evitar problemas estaria ali na próxima vez. Ainda iria muito a tempo porque ainda teria muitos anos de vida.-----
----- Se estivessem de acordo não iriam passar à Informação Escrita do Presidente, porque seria com certeza uma discussão alargada, e também, se estivessem de acordo, marcaria o dia 19, quarta-feira, para a continuação da sessão. -----
----- Submeteu à votação a **Ata em minuta referente à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e vinte minutos, do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois. -----
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO

2º.SECRETÁRIO

-----O PRESIDENTE-----



Carreira
Manoel